



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 346/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1446/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Policlínica Zeno Lanzini.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Cleomirtes da Silva Sales, Diretora Geral da Policlínica.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 06/2016 (fls. 190/198).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1305/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 200/206)

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica Zeno Lanzini. Exercício de 2014.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Instauração de Cobrança Executiva. Determinação à origem. Notificação à interessada.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares a Prestação de Contas da Policlínica Zeno Lanzini, referentes ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade da ordenadora de despesa, Sra. **Cleomirtes da Silva Sales**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b” e §1º da Lei nº 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

9.2- Aplicar multa à Sra. Cleomirtes da Silva Sales, Diretora Geral à época:

- No valor de **R\$ 8.768, 25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face da impropriedade constatadas e fundamentadas nos itens 15 e 16 do Relatório/Voto);
- No valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), com fulcro no art. 54, V da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, IV, “b” da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face da das impropriedades constantes nos itens 17, 18, 19 e 20 do Relatório/Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 346/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

04/2002), autorizando a **instauração da cobrança executiva**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4- Determinar à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, principalmente no que diz respeito às regras de Licitação;

9.5- Notificar a interessada com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral